

Proposta de orçamento para 1991 recebe número recorde de emendas

por Marta Salomon
de Brasília

O projeto de lei orçamentária para 1991, enviado pelo governo ao Congresso Nacional, já alcançou um número recorde de emendas de deputados e senadores, sugerindo o remanejamento de despesas. As propostas de emendas ainda estavam sendo numeradas na última sexta-feira e poderiam chegar a 20 mil, segundo estimativas da Secretaria da Comissão Mista de Orçamento.

Os números não assustam o governo, a quem caberá a execução do orçamento. É que os parlamentares não têm o poder de criar gastos, mas apenas de remanejar as dotações que somam Cr\$ 8,071 trilhões.

O remanejamento estará limitado, porém, por conta de um acerto prévio entre o governo e o relator-geral do orçamento, deputado João Alves (PFL-BA). Nesta segunda-feira, o relator vai baixar a



José Serra

seguinte regra para a análise das emendas: não será permitido deslocar verbas de um ministério para outro. "Senão vira bagunça", justificou João Alves.

Quando enviou o projeto de lei ao Congresso, o governo previu uma folga de aproximadamente Cr\$ 6,5 bilhões (a preços de maio) para atendimento de emendas dos parlamentares. A folga está localizada na reserva de contingência, do-

tação para gastos "urgentes e imprevisíveis" do governo e tradicional fonte de recursos para as emendas. A única imposição legal, prevista na Lei de Diretrizes Orçamentárias, exige que a reserva de contingência contenha, no mínimo, o equivalente a 2% da receita tributária. Da dotação original, de Cr\$ 27,6 bilhões, a reserva deverá sair da Comissão Mista de Orçamento com exatos Cr\$ 21,1 bilhões.

"O orçamento é magro demais", reclamou João Alves, que vai coordenar no próximo mês a seleção das emendas que serão atendidas. O relator estima que as milhares de emendas, caso atendidas, representariam gastos superiores a Cr\$ 500 bilhões. "Todos os ministérios estão precisando de mais recursos, não se pode tirar de um para dar a outro", disse. Antes de o relator assumir a tese, o governo pensava em limitar a ação dos lobbies dos assessores parlamentares dos ministérios

em busca de recursos em outras pastas. Os ministérios do Trabalho e Previdência, da Economia, Educação e Saúde repartem a maior fatia dos recursos orçamentários.

Fora a tentativa de obter mais recursos para projetos — principalmente dirigidos às bases eleitorais —, os parlamentares poderão modificar pontos da estrutura da lei orçamentária. O projeto deverá estar votado na Comissão Mista de Orçamento até o dia 26 de novembro. As mudanças devolveriam ao Congresso Nacional mais poderes sobre o orçamento.

Um dos alvos de críticas na estrutura da lei é o dispositivo que permite ao Executivo fixar o índice de reajuste das despesas e receitas do orçamento, expressas na lei em valores de maio. O deputado José Serra (PSDB-SP) entende que a manutenção desse dispositivo "poderá excluir o Congresso do processo orçamentário ao longo de todo o exercício de 1991".